

ELEIÇÕES, PANDEMIA E PROTOCOLOS: ADAPTAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA BOLÍVIA E DO EQUADOR EM TEMPOS DE COVID-19¹

Danillo Rafael Batista²
Bruna Pires de Lima³

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, localizada na China, foi registrado o primeiro caso de COVID-19. Na América do Sul, a primeira infecção pelo novo coronavírus foi constatada em fevereiro de 2020, no Brasil. Dois meses depois, em maio, a região já era considerada epicentro da doença e atualmente já soma mais de 15 milhões de casos confirmados e mais de meio milhão de mortes ocasionadas pela doença⁴.

Segundo Pievosan e Reck (2017), a democracia, em resumo, é o poder que pertence ao povo e é cedido através das eleições a algumas dezenas de pessoas, que com o auxílio do Estado e da máquina pública deveriam retribuir esse poder doado de maneira conveniente ao povo. Ou seja, as eleições são um dos instrumentos mais importantes para uma democracia. Portanto, para garantir uma eleição mais representativa possível, é necessário a participação massiva do povo, além de certificar a segurança, integridade e transparência em todo o processo. Num cenário pandêmico, a presença física dos eleitores e voluntários nos locais de votação traz riscos à saúde porque pode ser propagador do vírus em grande escala, em vista disso, são necessárias as

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco

3 Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário Estácio Recife

4 <https://covid19.who.int/table>

adaptações para garantir a segurança dos eleitores, resultando numa menor abstenção possível. A pandemia do coronavírus colocou à prova a capacidade das instituições de se adaptar às condições necessárias para execução do pleito sem colocar em risco a população (Spinelli, 2020). Grande parte dos especialistas na área de saúde pública concorda que as medidas restritivas são importantíssimas, como os *lockdowns* e o bloqueio de determinadas áreas, assim buscando evitar a propagação do vírus, o colapso dos sistemas de saúde, e o mais importante, salvar vidas (Pulejo e Querubín, 2020). No final de 2020 e no início de 2021, Bolívia e Equador, respectivamente, realizaram eleições para escolher um novo presidente, assim testando a capacidade das instituições de coordenação e governança num período de pandemia, além de experienciar o comportamento dos eleitores a tal exposição após mais de um semestre de pandemia declarada, como no caso da Bolívia e numa situação a mais de 1 ano de pandemia e com a vacinação iniciada, mesmo que devagar (e sem segunda dose aplicada no período). É esperado que o impacto negativo da COVID-19 nesses países ainda se arraste ao longo de alguns meses, devido ao seu posicionamento no sistema internacional, e assim como toda a América Latina, é provável que a vacinação ocorra de maneira lenta⁵.

Bolívia

Após a crise política de 2019 que culminou na renúncia e exílio de Evo Morales, foram convocadas novas eleições programadas inicialmente para maio de 2020. A partir da resolução 009/2020 do TSE (Tribunal Supremo Eleitoral) boliviano, de 5 de janeiro de 2020, sinalizou como data do pleito para 3 de maio de 2020. Após o decreto de pandemia em março, o calendário eleitoral foi suspenso.

Em conformidade com as medidas de segurança sanitária necessárias para contenção da propagação da COVID-19 impostas pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e em busca de uma adaptação a situação latente e a necessidade da realização do evento, com base legal na resolução 187/2020,

⁵ Ver: <https://www.as-coa.org/articles/2021-elections-latin-america-preview>

as eleições foram fixadas em 18 de outubro de 2020. Algumas outras adequações foram impostas para realização das eleições da maneira mais segura possível, como a determinação do uso obrigatório de máscara, a utilização da própria caneta pelos eleitores, a extensão por 1h do horário de votação, incremento de mais zonas eleitorais, entre outras⁶.

De acordo com o TSE da Bolívia, a abstenção nas eleições gerais de 2005, 2009 e 2014 foram:

Tabela 1: Abstenção eleitoral na Bolívia (2005-2020)

Ano	2005	2009	2014	2020
Abstenção	15,46%	4,75%	10,92%	11,58%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Órgano Electoral Plurinacional (2005 e 2020)

Não houve uma discrepância considerável na participação do povo boliviano nas eleições. Em 2020, Luis Arce, representante do MAS (Movimento ao Socialismo), partido também do ex-presidente boliviano Evo Morales, foi eleito o novo presidente do país ainda em primeiro turno, com 55% dos votos⁷.

Equador

Em 7 de fevereiro de 2021, o Equador realizou eleições presidenciais e legislativas, e com um recorde de 16 candidatos à presidência. O voto no país é obrigatório entre 18 e 65 anos, e opcional aos que vivem no exterior⁸ e houve um comparecimento considerável bom para o momento e as dificuldades enfrentadas devido a pandemia da COVID-19. De acordo com os dados do

6 Ver:

https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/09/Protocolo_Medidas_Seg_Sanitaria_EG_2020.pdf

7Ver:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/apuracao-oficial-na-bolivia-confirma-vitoria-de-luis-arce-com-551-dos-votos.html>

8Ver:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/05/interna_internacional,1235580/principal-candidato-de-esquerda-nao-podera-votar-no-equador.shtml

Conselho Nacional Eleitoral (CNE)⁹, a porcentagem seguiu normal, comparado com os anos anteriores:

Tabela 2: Participação eleitoral no Equador (2009-2021.1T)

Ano	2009	2013	2017.1T	2017.2T	2021.1T
Participação	75,9%	82,0%	81,7%	83,0%	80,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Consejo Nacional Electoral (2017 e 2021)

Segundo os dados do CSSE da *Johns Hopkins University*, o mês de fevereiro contou com 952 vítimas da COVID-19 no país. Apesar da vacinação no país ter iniciado no dia 21 de janeiro¹⁰, anteriormente ao primeiro turno das eleições, menos de 0,04% haviam tomado a primeira dose da vacina¹¹.

O planejamento eleitoral no país já estava em pauta desde o início da pandemia, em 2020, quando o CNE havia cogitado realizar as eleições em 3 dias, para minimizar os riscos de contágio. Além disso, ainda em março de 2020, a presidente do órgão de administração eleitoral informou que as medidas de segurança e o distanciamento social, de acordo com as autoridades sanitárias, estavam garantidas (Querido, 2021).

No final das contas, o governo trabalhou na conscientização e no esclarecimento de regras do processo eleitoral, no canal do *YouTube* do CNE foram compartilhados algumas regras, que o CNE em coordenação com o Comitê de Operações de Emergência Nacional optaram por um calendário de votação em apenas 1 dia. O CNE desenvolveu um protocolo, executado durante a votação, buscando minimizar o contágio, definindo que cada eleitor só poderá entrar sozinho ao recinto eleitoral, com uso de máscara e com caneta, além do distanciamento mínimo de 2 metros, a entrada e saída dos recintos eleitorais serão de maneira unidirecional e os trabalhadores no processo eleitoral estarão higienizando as mesas de votação e as mãos com álcool 70%,

9 Ver: <https://resultados2021.cne.gob.ec/>

10 Ver: <https://www.salud.gob.ec/en-ecuador-inicio-la-vacunacion-contra-la-covid-19/>

11 Ver: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

e com troca de máscara de 4 em 4 horas, com a ajuda de um coordenador¹². A eleição não foi finalizada no primeiro turno, e as campanhas irão retornar no dia 16 de março e vão até 8 de abril, contando com o segundo turno programado para dia 11 de abril (Cedillo, 2021). No primeiro turno, apesar das medidas elaboradas pelo CNE, para as campanhas, que permitiu apenas caravanas e caminhadas, assim buscando impedir aglomerações, mas apesar das medidas de segurança para evitar o contágio, na prática, não foram respeitadas no primeiro turno, e alguns candidatos visitaram regiões de muito movimentos como praças e feiras¹³. Apesar dos desafios, o Conselho Nacional Eleitoral estabeleceu um calendário seguindo os devidos cuidados, resta com que seja executado, garantindo, de maneira constitucional, democrática e assegurando os cuidados para preservar uma eleição limpa e justa e as vidas.

Considerações Finais

O trabalho buscou, de forma expositiva, apresentar como aconteceram as adaptações nos processos eleitorais nas eleições presidenciais da Bolívia e do Equador no período pandêmico da COVID-19, e que em ambos os países o voto é compulsório.

Atento às eleições como pilar democrático, assegurar o acontecimento da mesma, de maneira transparente e participativa se faz necessário, mas surgem os desafios de realizar eleições num período onde aglomerar e compartilhar objetos, como canetas, se torna um problema. Então, os governos precisaram tomar medidas para conter a transmissão do vírus, e se adaptar ao momento. Dentre as adaptações institucionais que ocorreram nos dois países, os protocolos da Organização Mundial da Saúde, de manter um distanciamento social de pelo menos 1,5m e o uso obrigatório de máscaras, além dos locais abertos e arejados estavam entre algumas medidas a serem tomadas. Por toda crise que assolava a Bolívia, a situação de adiar as eleições não atribuiria tanto impacto jurídico no processo eleitoral, as eleições foram

12 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=ibdNKyCAJOo>

13 Ver: <https://www.elcomercio.com/actualidad/medidas-bioseguridad-campana-elecciones-controles.html>

adiadas duas vezes. O TSE Boliviano trabalhou em implantar as medidas recomendadas pela OMS, buscando reduzir as abstenções, que foram de 11,58%, número nada anormal em relação às eleições anteriores, porém esse número não foi mérito das medidas do governo, que permitiu aglomerações em vários pontos de votação¹⁴

No caso do Equador, as eleições foram mantidas de acordo com o calendário, sem necessidade de remarcação, evitando o risco da necessidade de um novo planejamento eleitoral e político. As instituições competentes envolvidas no processo eleitoral elaboraram algumas medidas para que as campanhas eleitorais e o dia da eleição ocorresse normalmente e com segurança, apesar do esforço, as aglomerações foram inevitáveis tanto no período da campanha no primeiro turno, com alguns candidatos visitando lugares movimentados como no dia da votação, nas filas de espera e durante a locomoção.

Referências

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; SAMURIO, Sofía Escobar. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19. 2020.

CEDILLO, Mónica Banegas. La democracia amenazada: ¿y ahora cómo votamos? Covid-19, Estado de derecho y Procesos Electorales en Latinoamérica. ONG. FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER & Transparencia electoral. ISBN: 978-958-53147-7-1.

DE LIMA BARBOSA FILHO, Bernardo; DE OLIVEIRA COUTO, Walles Henrique; DE PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves. Adiar ou não as eleições municipais em razão da pandemia? Uma proposta intermediária de solução constitucional. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 6, n. 1, p. 94-111, 2020.

NASCIMENTO, D. O. Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul.

PIOVESAN, Fúlvio Machado; RECK, Janrie Rodrigues. Os direitos fundamentais enquanto pilares da democracia e condição para o Estado de Direito. **Revista Justiça do Direito, Passo Fundo, RS**, v. 31, n. 1, p. 67-79, 2017.

14 Ver: https://eldeber.com.bo/santa-cruz/las-aglomeraciones-en-porongo-marcan-la-media-jornada-electoral_223343

QUERIDO, Leandro. Desafíos de la administración de elecciones en el contexto del covid-19. Covid-19, Estado de derecho y Procesos Electorales en Latinoamérica. ONG. FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER & Transparencia electoral. ISBN: 978-958-53147-7-1.

SPINELLI, Antonio. **La gestión electoral durante la pandemia de COVID-19: Consideraciones para los encargados de la toma de decisiones.** International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA), 2020.

Libro de Resultados Electorales. Estadísticas. Consejo Nacional Electoral (CNE), 2017.

https://cne.gob.ec/documents/Estadisticas/Publicaciones/LIBRO_RESULTADOS_2017.pdf

PULEJO, Massimo; QUERUBÍN, Pablo. Electoral Concerns Reduce Restrictive Measures During the COVID-19 Pandemic. 2020.